



Universidade Federal do Piauí
Pró-Reitoria de Administração
Diretoria de Contabilidade e Finanças



2024

RELATÓRIO CONTÁBIL

4º Trimestre 2024

- Declaração do Contador
- Demonstrações Contábeis
- Notas Explicativas



Universidade Federal do Piauí
Pró-reitoria de Administração
Diretoria de Contabilidade e Finanças

Larissa Naiana Mendes de Sousa
Pró-reitora de Administração

Hugo Marinni Silva Alencar
Diretor Administrativo

Simonne Saraiva Nunes Santana
Diretora de Contabilidade e Finanças

Flora Danielle Ribeiro Galvão de Sá
Coordenadora de Compras e Licitações



Universidade Federal do Piauí
Pró-reitoria de Administração
Diretoria de Contabilidade e Finanças

Equipe Técnica Responsável pela Elaboração

Simonne Saraiva Nunes Santana
Diretora de Contabilidade e Finanças

Renata Goncalves de Oliveira
Contadora Responsável

Joyce Elany dos Santos Silva
Contadora Responsável Substituta

Janayna Gomes da Cunha
Chefe da Divisão de Execução Financeira

Teresina - PI
Janeiro/2025

Sumário

LISTA DE SIGLAS	6
LISTA DE TABELAS.....	7
2. Informações Gerais.....	10
2.1 Natureza Jurídica da Entidade	10
2.2 Domicílio da Entidade	10
2.3 Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade	10
3. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2024.....	11
4. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	12
4.1 Moeda funcional e saldos em moeda estrangeira	12
4.2 Caixa e equivalentes de caixa	12
4.3 Créditos a Curto Prazo.....	12
4.4 Estoques.....	12
4.5 Imobilizado	13
4.6 Intangíveis	13
4.7 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet.....	13
4.8 Apuração do resultado	13
I - Resultado Patrimonial.....	13
II - Resultado Orçamentário	14
III - Resultado Financeiro.....	14
5. Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre de 2024	15
5.1 Balanço Patrimonial	15
5.2 Demonstrações Das Variações Patrimoniais	17
5.3 Balanço Orçamentário	18
5.4 Balanço Financeiro	20
5.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	21
6. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis:	22
4º Trimestre de 2024	22
➤ Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	23
➤ Nota 2 – Demais Créditos a Curto Prazo	23
➤ Nota 3 – Imobilizado	24
3.1 - Bens Móveis.....	25
3.2 - Bens Imóveis.....	25
➤ Nota 4- Ativo Intangível	28
➤ Nota 5- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.....	29
➤ Nota 6 - Provisões	30
➤ Nota 7 – Patrimônio Líquido	31
➤ Nota 8 - Resultado Patrimonial do Período.....	32
➤ Nota 09 - Variações Patrimoniais Aumentativas	32
➤ Nota 10 - Variações Patrimoniais Diminutivas	33
➤ Nota 11 – Resultado Orçamentário.....	35
➤ Nota 12 – Receitas Orçamentárias	35
➤ Nota 13 – Despesas Orçamentárias	36

➤ Nota 14 - Restos a Pagar	37
➤ Nota 15 - Ingressos	39
➤ Nota 16 – Recebimentos Extraorçamentários.....	40
➤ Nota 17 - Dispêndios	40
➤ Nota 18 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	41
➤ Nota 19 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	42

LISTA DE SIGLAS

SIPAC - Sistema Integrada de Patrimônio, Administração e Contratos

SPIUNET - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

UFPI - Universidade Federal do Piauí

NBC/TSP - Normas Brasileiras de Contabilidade

PCASP - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal

BP - Balanço Patrimonial

DVP - Demonstração das Variações Patrimoniais

BO- Balanço Orçamentário

BF - Balanço Financeiro

DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

LOA - Lei Orçamentária Anual

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

MEC - Ministério da Educação

TED - Termo de Execução Descentralizada

CCONT - Coordenação-Geral de Contabilidade da União.

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

CIATEN - Centro de Inteligência em Agravos Tropicais Emergentes e Negligenciados

FADEX - Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Caixa e Equivalentes de Caixa
Tabela 02	Demais Créditos a Curto Prazo
Tabela 03	Imobilizado
Tabela 04	Bens Móveis
Tabela 05	Bens Imóveis – Composição
Tabela 06	Bens de Uso Especial - Composição
Tabela 07	Bens de Uso Especial - Imóveis
Tabela 08	Bens Imóveis em Andamento- Composição
Tabela 09	Ativo Intangível
Tabela 10	Fornecedores e Contas a pagar – Composição
Tabela 11	Fornecedores e Contas a pagar – Por UG Contratante
Tabela 12	Fornecedores e Contas a Pagar - Contratantes
Tabela 13	Patrimônio Líquido
Tabela 14	Resultado Patrimonial do Período
Tabela 15	Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas
Tabela 16	Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas
Tabela 17	Relação dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) 2024
Tabela 18	Balanço Orçamentário
Tabela 19	Receitas Arrecadadas por Categorias Econômica
Tabela 20	Previsão Atualizada da Receita X Receita Realizada
Tabela 21	Despesas por Categoria Econômica
Tabela 22	Restos a Pagar não Processados - inscritos e reinscritos
Tabela 23	Execução dos RPNP inscritos e reinscritos por Grupo de Despesas
Tabela 24	Total Ingressos
Tabela 25	Receitas Arrecadadas por Natureza
Tabela 26	Recebimentos Extraorçamentários
Tabela 27	Total dos Dispêndios
Tabela 28	Composição das Despesas Orçamentárias
Tabela 29	Atividades Operacionais - Composição dos Ingressos e Desembolsos

Declaração Anual do Contador

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 da Universidade Federal do Piauí - UFPI, órgão 26279, vinculado ao Ministério da Educação.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações encerradas em 31 de dezembro de 2024 e baseia-se na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil, conforme estabelecido no Manual SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas respectivas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2024, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

a) Falta de reconhecimento da depreciação de bens móveis:

● **Grupo Contábil dos bens móveis 12310000-Bens móveis** - apresenta divergências entre o valor registrado no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e o Relatório de Movimentação de Bens Móveis (SIPAC). Essas discrepâncias estão relacionadas a diferentes situações:

1. Itens adquiridos desde a criação da UFPI, registrados com valores em outras moedas (cruzeiro, cruzado, cruzeiro real, etc.), principalmente devido à migração entre sistemas de gestão patrimonial;
2. Itens já alienados, mas que se encontram pendentes de baixa pelo setor de patrimônio.
3. Itens com baixa no sistema de patrimônio sem a devida contrapartida no SIAFI.

Essas divergências no Relatório de Movimentação de Bens impossibilitam a conciliação e o lançamento das informações no SIAFI, além de resultarem na ausência de registro da depreciação dos bens móveis. Para corrigir essas disparidades, está em andamento o processo 23111.032721/2023-63, que visa a contratação de serviços de inventário e reavaliação dos bens permanentes da UFPI.

b) Falta de baixa e alienação de bens amortizados, falta de revisão periódica de vida útil de ativo intangível que não são amortizados:

● **Grupo Contábil dos Bens Intangíveis – 1.2.4.1.1.01.00-Softwares com Vida Útil Definida:** Falta de identificação se os softwares classificados como ativos intangíveis de vida útil definida, e que já foram integralmente amortizados, continuam em condições de uso. Para isso, está em andamento o processo nº 23111.050968/2024-54, que tem como objetivo avaliar esses ativos e determinar as ações necessárias, sejam elas a baixa contábil ou a alienação dos bens.

● **Grupo Contábil dos Bens Intangíveis – 1.2.4.1.1.02.00- Softwares com Vida Útil Indefinida:** Ausência de uma revisão periódica da vida útil dos softwares classificados como intangíveis de vida útil indefinida, conforme orientações do Manual de Contabilidade Aplicada

ao Setor Público (MCASP). De acordo com as normas, a vida útil de um ativo intangível não amortizado deve ser revisada regularmente. Para viabilizar essa revisão, é necessária a atuação conjunta com a Superintendência de Tecnologia da Informação da UFPI (STI), responsável pela análise técnica das condições de uso e funcionalidade desses ativos. O processo nº 23111.050962/2024 está em andamento para viabilizar essa revisão periódica e determinar se os ativos intangíveis de vida útil indefinida permanecem em condições de uso ou se devem ser reclassificados ou baixados.

c) Permanência de saldos alongados em contas transitórias de obras em andamento:

● **Grupo Contábil de Obras em Andamento – 123210600-Obras em Andamento:** Permanência de saldos alongados em contas transitórias referentes a obras em andamento, destacando-se: Hospital Universitário da UFPI: A construção da obra foi registrada no período entre 2007 e 2010; Obras em Andamento – Convênios: Registro efetuado em dezembro de 2021 e tem como finalidade a ampliação das instalações do núcleo de pesquisas do Centro de Inteligência em Agravos Tropicais Emergentes e Negligenciados (CIATEN), utilizando o espaço do Centro de Ciências da Saúde (CCS/UFPI). Para a regularização e avaliação da situação dessas obras em andamento, tramitam os processos nº 23111.002831/2024-50 e 23111.009500/2024-19, que visam verificar a efetiva conclusão ou continuidade das obras registradas como "em andamento".

d) Falta de reavaliação dos imóveis pertencentes à classe de ativos Bens Imóveis de Uso Especial:

● **Grupo Contábil de Bens Móveis de uso Especial – 1.2.3.2.1.01.00 - Bens de Uso Especial Registrados no SPIUNET:** Ausência de reavaliação de todos os itens pertencentes à classe de ativos Bens Imóveis de Uso Especial, registrados no SPIUNet. Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), “se um item do ativo imobilizado for reavaliado, é necessário que toda a classe de contas do ativo imobilizado à qual pertence esse ativo seja reavaliada”. A reavaliação integral das classes de contas semelhantes é essencial para evitar reavaliações seletivas de ativos e garantir que as demonstrações contábeis apresentem montantes uniformes, sem a combinação de valores registrados em diferentes datas. Contudo, apenas 03 imóveis dos 13 imóveis registrados na referida conta foram reavaliados. Para a verificar a situação da reavaliação dos bens imóveis está em andamento, o processo nº 23111.009500/2024-19.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Teresina-PI, 31 de dezembro de 2024.

Renata Gonçalves de Oliveira

CRC nº 8755/0-PI
Contadora Geral da UFPI

2. Informações Gerais

2.1 Natureza Jurídica da Entidade

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), registrada no e-MEC sob o código nº 5, é uma instituição pública de ensino superior vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Sua criação foi autorizada como Fundação pela Lei nº 5.528, de 12 de novembro de 1968. Mantida pela União, a UFPI é dotada de autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial, conforme estabelece a Constituição Federal.

O organograma e o detalhamento das unidades que integram a Administração Superior e a Administração Acadêmica podem ser consultados no site oficial da UFPI, por meio do link: <https://www.ufpi.br/institucional-ufpi>.

2.2 Domicílio da Entidade

A UFPI possui sede e foro na capital do estado do Piauí, com seu campus principal localizado em Teresina (Campus Ministro Petrônio Portela). Adicionalmente, a Universidade mantém outros três campi em municípios estratégicos do estado: em Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, código e-MEC nº 102559), Bom Jesus (Campus Professora Cinobelina Elvas, código e-MEC nº 1002562) e Floriano (Campus Amílcar Ferreira Sobral, código e-MEC nº 1002561). Além disso, a UFPI atua em 48 polos de apoio presencial, sendo 46 localizados no Piauí e 2 na Bahia, marcando presença em quase todas as regiões do estado e abrangendo praticamente todas as áreas do conhecimento.

2.3 Natureza das Operações e Principais Atividades da Entidade

A comunidade universitária da UFPI é constituída por: docentes, discentes e servidores técnicos - administrativos unidos na realização do tripé: ensino, pesquisa e extensão em prol do alcance da missão e visão institucionais e alicerçados nos princípios e valores da instituição. Tem como missão promover educação superior de qualidade, com vistas na formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento nacional, regional e internacional. Seus valores estão pautados em:

- I. Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética preservação ao meio ambiente, transparência e gestão democrática;
- II. Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e extensão;
- III. Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização;
- IV. Inclusão de um público historicamente colocado às margens das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;
- V. Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob responsabilidade da União.

Além disso, estabelece como princípios:

- I. Autonomia Universitária;
- II. Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão;
- III. Pluralidade e democracia;
- IV. Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- V. Excelência;
- VI. Compromisso Social;
- VII. Valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes.

3. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis: Exercício Financeiro de 2024

As Demonstrações Contábeis da UFPI são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP (aprovadas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade): NBC TSP (Estrutura Conceitual e NBCs TSP nº 01 a 34)¹¹; as instruções do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto (Macrofunções).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro. As estruturas e a composição das DCON estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF) e;
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O Balanço Patrimonial tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A Demonstração das Variações Patrimoniais visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Orçamentário, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual com aquelas efetivamente realizadas.

O Balanço Financeiro tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte

Por sua vez, a Demonstração dos Fluxos de Caixa visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais; de investimento; e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

A divulgação das demonstrações contábeis e das notas explicativas representa um importante instrumento de transparência pública para os órgãos e entidades do Setor Público. Essa prática, exigida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a partir do Acórdão Plenário nº 2698/2016-P, está fundamentada no dever do Estado de prestar contas, promover a responsabilização (accountability) e subsidiar a tomada de decisões. No âmbito da UFPI as demonstrações contábeis são apresentadas na íntegra com suas respectivas notas explicativas no endereço: <https://ufpi.br/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas-diretoria-contabil-financeira>.

4. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da UFPI tendo por base as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

4.1 Moeda funcional e saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da União é o Real utilizada por todos os órgãos e unidades da administração pública federal direta e indireta. Na UPC/MEC não há moeda estrangeira. Manual Siafi, Macrofunção: 02.03.05 - Conta Única do Tesouro Nacional.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.3 Créditos a Curto Prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (a) créditos não tributários; (b) transferências concedidas; (c) adiantamentos; e (d) valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. O ajuste para perdas é calculado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

4.4 Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

4.5 Imobilizado

De acordo com o MCASP, ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício). O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

4.6 Intangíveis

É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No âmbito da UFPI, a grande maioria dos intangíveis está relacionado a Softwares, de vida útil definida, Direitos e Patentes Industriais.

4.7 Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O sistema SPIUnet realiza mensal e automaticamente o cálculo do valor depreciado dos bens imóveis pelo Método da Parábola de Kuentzle para determinar o valor depreciável dos imóveis cadastrados. O registro desse valor no SIAFI é conduzido pela CCONT/STN. A depreciação tem início no mesmo dia em que o bem é colocado em condições de uso.

4.8 Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

I - Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) com as variações patrimoniais diminutivas (VPDs) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP). A DVP evidencia as alterações

verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o patrimônio líquido do Balanço Patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a UFPI e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a UFPI, implicando em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP.

II - Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto o superávit é apresentado junto às despesas.

III - Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro.

Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo: a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

5. Demonstrações Contábeis do 4º Trimestre de 2024

5.1 Balanço Patrimonial

ATIVO	2024	2023	PASSIVO	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE	79.758.019,68	92.782.077,48	PASSIVO CIRCULANTE	291.541.794,49	262.954.511,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	70.480.721,93	73.906.140,40	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	54.093.877,54	52.717.850,59
Créditos a Curto Prazo	8.353.355,04	17.876.369,01	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	835.610,42	10.866.156,00
Demais Créditos e Valores	8.353.355,04	17.876.369,01	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	10.513,18	589,56
Demais Créditos e Valores	8.353.355,04	17.876.369,01	Demais Obrigações a Curto Prazo	236.601.793,35	199.369.915,49
Estoques	923.942,71	999.568,07	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	291.541.794,49	262.954.511,64
ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.473.359.800,56	1.373.185.653,47	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ativo Realizável a Longo Prazo	119,22	5.399,22	ESPECIFICAÇÃO	2.024,00	2.023,00
Créditos a Longo Prazo	119,22	5.399,22	Reservas de Capital	-	7.798,14
Demais Créditos e Valores	119,22	5.399,22	Demais Reservas	114.469.218,27	12.602.947,62
Demais Créditos e Valores	119,22	5.399,22	Resultados Acumulados	1.147.106.807,48	1.190.402.473,55
Investimentos	12,00	12,00	Resultado do Exercício	-25.306.193,65	-28.277.014,64
Demais Investimentos Permanentes	12,00	12,00	Resultados de Exercícios Anteriores	1.190.402.473,55	1.225.900.641,58
Demais Investimentos Permanentes	12,00	12,00	Ajustes de Exercícios Anteriores	-17.989.472,42	-7.221.153,39
Imobilizado	1.472.643.631,38	1.372.464.204,29	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.261.576.025,75	1.203.013.219,31
Bens Móveis	230.628.427,62	225.121.911,32			
Bens Móveis	231.929.014,75	226.422.498,45			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-1.300.587,13	-1.300.587,13			
Bens Imóveis	1.242.015.203,76	1.147.342.292,97			
Bens Imóveis	1.244.548.118,89	1.150.280.765,98			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-2.532.915,13	-2.938.473,01			
Intangível	716.037,96	716.037,96			
Softwares	575.881,96	575.881,96			
Softwares	3.773.112,00	3.773.112,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-3.197.230,04	-3.197.230,04			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	140.156,00	140.156,00			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	R\$ 140.156,00	R\$ 140.156,00			

TOTAL DO ATIVO	R\$ 1.553.117.820,24	R\$ 1.465.967.730,95	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.553.117.820,24	1.465.967.730,95
-----------------------	-----------------------------	-----------------------------	--	-------------------------	-------------------------

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
ATIVO FINANCEIRO	70.480.721,93	73.914.708,55	PASSIVO FINANCEIRO	131.085.298,55	129.117.961,82
ATIVO PERMANENTE	1.482.637.098,31	1.392.053.022,40	PASSIVO PERMANENTE	203.345.159,46	182.401.416,79
			SALDO PATRIMONIAL	1.218.687.362,23	1.154.448.352,34

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2024	2023
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	113.328.215,69	129.050.684,23	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	22.453.510,87	27.447.211,03
Atos Potenciais Ativos	113.328.215,69	129.050.684,23	Atos Potenciais Passivos	22.453.510,87	27.447.211,03
Garantias e Contragarantias Recebidas	6.375.870,30	6.375.870,30	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	106.741.738,21	122.464.206,75	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	4.580.729,18	6.256.202,19
Direitos Contratuais	210.607,18	210.607,18	Obrigações Contratuais	17.872.781,69	21.191.008,84
TOTAL	113.328.215,69	129.050.684,23	TOTAL	22.453.510,87	27.447.211,03

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-R\$ 50.432.945,85
Recursos Vinculados	-R\$ 10.171.630,77
Educação	-R\$ 8.192.389,10
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-R\$ 726.667,00
Dívida Pública	-R\$ 1.480.133,23
Fundos, Órgãos e Programas	R\$ 227.558,56
TOTAL	-R\$ 60.604.576,62

5.2 Demonstrações Das Variações Patrimoniais

	2024	2023
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.056.223.668,00	998.396.148,33
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	5.162.785,41	5.169.350,04
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.162.785,41	5.169.350,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.760,29	10.390,18
Juros e Encargos de Mora	9.708,02	5.897,26
Variações Monetárias e Cambiais	4.052,26	4.492,91
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,01	0,01
Transferências e Delegações Recebidas	1.015.148.004,90	961.234.781,94
Transferências Intragovernamentais	1.015.074.119,27	960.940.541,37
Outras Transferências e Delegações Recebidas	73.885,63	294.240,57
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	34.176.250,65	29.205.386,17
Ganhos com Incorporação de Ativos	1.675.473,01	40.000,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	32.500.777,64	29.165.386,17
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.722.866,58	2.776.240,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.722.866,58	2.776.240,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.081.529.861,48	1.026.673.162,97
Pessoal e Encargos	582.342.430,99	533.912.638,19
Remuneração a Pessoal	449.715.682,10	418.429.202,04
Encargos Patronais	100.038.914,46	93.824.429,24
Benefícios a Pessoal	32.214.434,43	21.266.906,91
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	373.400,00	392.100,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	240.373.282,19	232.531.680,17
Aposentadorias e Reformas	192.062.607,80	188.927.518,48
Pensões	38.865.201,00	36.692.620,51
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	9.445.473,41	6.911.541,18
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	147.150.314,27	140.225.474,57
Uso de Material de Consumo	11.980.376,49	13.403.026,48
Serviços	134.058.043,50	126.113.176,09
Depreciação, Amortização e Exaustão	1.111.894,28	709.272,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.769,76	11.141,68
Juros e Encargos de Mora	1.188,78	6.437,34
Descontos Financeiros Concedidos	7.580,98	4.704,34
Transferências e Delegações Concedidas	18.619.695,89	21.290.620,38
Transferências Intragovernamentais	18.532.946,63	21.044.029,76
Transferências a Instituições Privadas	86.749,26	246.590,62
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	60.709.300,46	65.704.706,60
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,00	734,51
Perdas Involuntárias	0,00	8.600,00
Incorporação de Passivos	53.320.980,84	57.130.569,11
Desincorporação de Ativos	7.388.319,62	8.564.802,98
Tributárias	2.884.512,28	3.027.521,72
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.518,70	4.235,70
Contribuições	2.877.993,58	3.023.286,02

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	29.441.555,64	29.969.379,66
Incentivos	29.437.928,03	29.965.517,06
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.627,61	3.862,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-25.306.193,65	-28.277.014,64

5.3 Balanço Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	6.008.212,00	6.008.212,00	5.572.236,62	-435.975,38
Receita Patrimonial	315.946,00	315.946,00	273.486,01	-42.459,99
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	315.946,00	315.946,00	273.486,00	-42.460,00
Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,01	0,01
Receitas de Serviços	5.411.786,00	5.411.786,00	4.882.402,93	-529.383,07
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	5.388.727,00	5.388.727,00	4.822.987,56	-565.739,44
Outros Serviços	23.059,00	23.059,00	59.415,37	36.356,37
Outras Receitas Correntes	280.480,00	280.480,00	416.347,68	135.867,68
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	267.372,00	267.372,00	183.575,09	-83.796,91
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	13.108,00	13.108,00	232.772,59	219.664,59
SUBTOTAL DE RECEITAS	6.008.212,00	6.008.212,00	5.572.236,62	-435.975,38
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	6.008.212,00	6.008.212,00	5.572.236,62	-435.975,38
DEFICIT			1.005.058.658,00	1.005.058.658,00
TOTAL	6.008.212,00	6.008.212,00	1.010.630.895,00	1.004.622.683,00
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	0,00	42.468.988,00	0,00	-42.468.988,00

DESPESA

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPEAS CORRENTES	923.009.030,00	963.983.716,00	1.006.970.441,40	969.916.462,74	882.083.995,36	-42.986.725,43
Pessoal e Encargos Sociais	768.317.322,00	790.012.324,00	782.107.566,86	782.107.566,86	701.624.167,12	7.904.757,14
Outras Despesas Correntes	154.691.708,00	173.971.392,00	224.862.874,57	187.808.895,88	180.459.828,24	-50.891.482,57
DESPEAS DE CAPITAL	2.111.416,00	3.605.718,00	3.660.453,17	1.615.735,14	1.597.814,66	-54.735,17
Investimentos	2.111.416,00	3.605.718,00	3.660.453,17	1.615.735,14	1.597.814,66	-54.735,17
SUBTOTAL DAS DESPEAS	925.120.446,00	967.589.434,00	1.010.630.894,60	971.532.197,88	883.681.810,02	-43.041.460,60
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	925.120.446,00	967.589.434,00	1.010.630.894,60	971.532.197,88	883.681.810,02	-43.041.460,60
TOTAL	925.120.446,00	967.589.434,00	1.010.630.894,60	971.532.197,88	883.681.810,02	-43.041.460,60

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	3.880.292,71	39.038.061,31	37.734.280,97	37.701.731,81	1.386.859,81	3.829.762,4

Pessoal e Encargos Sociais	0,00	141.965,06	0,00	0,00	141.965,06	0
Outras Despesas Correntes	3.880.292,71	38.896.096,25	37.734.280,97	37.701.731,81	1.244.894,75	3.829.762,4
DESPESAS DE CAPITAL	607.647,82	5.053.871,81	5.102.782,51	5.101.556,07	281.225,53	278.738,03
Investimentos	607.647,82	5.053.871,81	5.102.782,51	5.101.556,07	281.225,53	278.738,03
TOTAL	4.487.940,53	44.091.933,12	42.837.063,48	42.803.287,88	1.668.085,34	4.108.500,43

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	107.880,31	80.239.014,67	80.235.334,33	96.532,80	15.027,85
Pessoal e Encargos Sociais		65.416.099,78	65.416.099,78		
Outras Despesas Correntes	107.880,31	14.822.914,89	14.819.234,55	96.532,80	15.027,85
DESPESAS DE CAPITAL	27.590,45	135.771,00	135.771,00	27.590,45	
Investimentos	27.590,45	135.771,00	135.771,00	27.590,45	
TOTAL	135.470,76	80.374.785,67	80.371.105,33	124.123,25	15.027,85

5.4 Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2024	2023	ESPECIFICAÇÃO	2024	2023
Receitas Orçamentárias	5.572.236,62	5.547.875,12	Despesas Orçamentárias	1.010.630.894,60	955.296.449,28
Ordinárias	-	-	Ordinárias	745.452.859,68	685.611.622,09
Vinculadas	5.583.143,97	5.569.504,14	Vinculadas	265.178.034,92	269.684.827,19
Educação	222.296,14	83.080,05	Educação	24.427.493,07	763.786,82
Seguridade Social (Exceto Previdência)	149,51	105.178,71	Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.384.729,22	210.688.503,84
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	231.116.060,20	-
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.357.861,95	5.381.245,38	Dívida Pública		50.375.356,59
Recursos Não Classificados	2.836,37		Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.249.752,43	7.857.179,94
Transferências Financeiras Recebidas	1.015.074.119,27	960.910.143,70	Transferências Financeiras Concedidas	18.532.946,63	21.039.627,26
Resultantes da Execução Orçamentária	962.743.382,06	914.593.877,60	Resultantes da Execução Orçamentária	15.508.138,61	16.627.781,32
Repasso Recebido	947.446.207,22	898.015.868,77	Repasso Concedido	210.963,77	49.772,49
Sub-repasso Recebido	15.297.174,84	16.578.008,83	Sub-repasso Concedido	15.297.174,84	16.578.008,83
Independentes da Execução Orçamentária	52.330.737,21	46.316.266,10	Independentes da Execução Orçamentária	3.024.808,02	4.411.845,94
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	41.098.628,23	43.229.619,09	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.485.473,01	1.758.506,00
Movimentação de Saldos Patrimoniais	11.232.108,98	3.086.647,01	Demais Transferências Concedidas	956,94	
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.538.378,07	2.653.339,94
Recebimentos Extraorçamentários	128.849.304,59	126.239.561,75	Pagamentos Extraorçamentários	123.757.237,72	98.210.723,87
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	87.850.387,86	79.482.171,90	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	80.371.105,33	53.781.476,27
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	39.098.696,72	44.091.933,12	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	42.803.287,88	44.195.403,47
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	584.624,65	225.768,63	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	575.618,96	233.844,13
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.315.595,36	2.439.688,10	Outros Pagamentos Extraorçamentários	7.225,55	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		52,94	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	52,94	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	52,94		Demais Pagamentos	7.172,61	
Saldo do Exercício Anterior	73.906.140,40	55.755.360,24	Saldo para o Exercício Seguinte	70.480.721,93	73.906.140,40
Caixa e Equivalentes de Caixa	73.906.140,40	55.755.360,24	Caixa e Equivalentes de Caixa	70.480.721,93	73.906.140,40
TOTAL	1.223.401.800,88	1.148.452.940,81	TOTAL	1.223.401.800,88	1.148.452.940,81

5.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-15.064.307,63	-3.057.482,12
INGRESSOS	1.022.546.575,90	969.123.422,61
Receita Patrimonial	273.486,00	328.687,16
Receita de Serviços	4.882.402,93	4.837.298,89
Remuneração das Disponibilidades	0,01	0,01
Outras Receitas Derivadas e Originárias	416.347,68	381.889,06
Outros Ingressos Operacionais	1.016.974.339,28	963.575.547,49
Ingressos Extraorçamentários	584.624,65	225.768,63
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	52,94	
Transferências Financeiras Recebidas	1.015.074.119,27	960.910.143,70
Arrecadação de Outra Unidade	1.315.542,42	2.398.843,85
Demais Recebimentos		40.791,31
DESEMBOLSOS	-1.019.136.852,64	-941.253.817,15
Pessoal e Demais Despesas	-899.484.100,48	-825.100.976,09
Administração	-8.250.000,00	-1.600,21
Previdência Social	-234.487.495,68	-223.394.835,74
Saúde	-8.982.454,44	-859.851,26
Educação	-646.231.441,32	-597.956.441,82
Cultura	-	-300.000,00
Ciência e Tecnologia	-200.000,00	-2.510.000,00
Desporto e Lazer	-1.248.396,10	-
Encargos Especiais	-84.260,00	-78.300,00
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-52,94	52,94
Transferências Concedidas	-100.537.013,96	-94.879.369,67
Intragovernamentais	-100.446.264,70	-94.630.383,05
Outras Transferências Concedidas	-90.749,26	-248.986,62
Outros Desembolsos Operacionais	-19.115.738,20	-21.273.471,39
Dispêndios Extraorçamentários	-575.618,96	-233.844,13
Transferências Financeiras Concedidas	-18.532.946,63	-21.039.627,26
Demais Pagamentos	-7.172,61	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-6.835.141,73	-9.718.825,30
DESEMBOLSOS	-6.835.141,73	-9.718.825,30
Aquisição de Ativo Não Circulante	-6.835.141,73	-9.564.390,29
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-154.435,01
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-3.425.418,47	18.150.780,16
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	73.906.140,40	55.755.360,24
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	70.480.721,93	73.906.140,40

6. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis:

4º Trimestre de 2024

6.1 Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial (BP) evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Patrimonial (BP) considerando as variações mais relevantes do exercício de 2024 em relação ao saldo final do exercício anterior.

➤ Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não há restrições para uso imediato.

A tabela 01 demonstra que houve uma variação negativa de -4,63% em “Caixa e Equivalentes Caixa” no 4º trimestre de 2024 quando comparado ao 4º trimestre de 2023. Essa variação é, predominantemente, resultado das movimentações registradas na conta "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem P" que reflete os pagamentos pendentes de liberação de ordem bancária.

Diante disso, evidenciou-se uma redução nas ordens de pagamento ao final do último trimestre de 2024 em relação ao mesmo período de 2023, o que está diretamente relacionada à conta de Adiantamento de férias e 13º salário que teve um decréscimo de 63,66% em relação ao 4º trimestre de 2024 (TABELA 02).

Tabela 01: Caixa e Equivalente Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Aplicação Financeira	1,82	1,81	0,55	0,00
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	8.615.191,63	5.303.215,26	62,45	12,22
Limite de Saque C/ Vinculação de Pagto - Ordem P	61.865.528,48	68.602.923,33	-9,82	87,78
Total	70.480.721,93	73.906.140,40	-4,63	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

➤ Nota 2 – Demais Créditos a Curto Prazo

A conta “Demais Créditos a Curto Prazo”, compreende os valores referentes às contas de adiantamento a pessoal, valores a receber por cessão de pessoal e adiantamento de Termo de Execução Descentralizada (TED).

A tabela 02 demonstra que a conta “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” apresentou uma variação de -53,27% no 4º trimestre de 2024 em relação ao 4º trimestre de 2023, impactado principalmente pelos registros de Adiantamento de Férias e 13º Salário. Essa categoria representa o montante de 72,67% do total desse grupo.

Destaca-se, ainda, o montante relevante associado a “Crédito a Receber por Cessão de Pessoal”, que apresentou uma variação negativa de -66,22%, conforme evidenciado na Tabela 02. Esta variação foi sobretudo impactada pelos recebimentos de créditos a receber referentes a exercícios anteriores, resultantes das cobranças realizadas aos órgãos devedores durante o exercício. Adicionalmente, observou-se a baixa de parte desse valor devido a ajustes de perdas estimadas, decorrentes de valores registrados há mais de 05 anos.

A análise horizontal da conta contábil “Adiantamento Termo de Execução Descentralizada” (TED) evidenciou uma variação significativa ao término do exercício de 2024 (R\$ 1.715.473,01) em relação ao exercício anterior (R\$51.020,00) o que representou um aumento

expressivo de 3.262,35%.

Os instrumentos TED 's são mecanismos destinados à descentralização de créditos entre órgãos e entidades públicas e objetivam executar ações de interesse da unidade descentralizadora. Esses procedimentos estão regulados pelo Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, que estabelece as etapas e prazos para execução e prestação de contas. Os Adiantamentos de Termo de Execução Descentralizada mais expressivos na UFPI em 2024 foram:

1.TED 940704 – Destinado à capacitação e formação em nível de doutorado para docentes da UFPI: R\$230.000,00.

2.TED 944284 – Parceria com o HU-UFPI para a construção do Centro de Apoio Acadêmico: R\$1.485.473,01.

Esses TED 's possuem prazo de vigência até 24/08/2025 e 30/04/2028 respectivamente e estão em conformidade com as normas de execução e prestação de contas. O aumento no saldo da conta Adiantamento TED reflete a ampliação das ações executadas por meio de descentralizações financeiras, com destaque para investimentos em formação acadêmica e infraestrutura.

Tabela 02: Demais Créditos a Curto Prazo

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Adiantamento de Férias e 13º Salário	6.070.400,22	16.704.217,93	-63,66	72,67
Salários e Ordenados	310.093,49	349.159,64	-11,19	3,71
Adiantamento concedido	0,00	10.000,00	-100,00	0,00
Crédito a Receber por cessão de Pessoal	257.388,32	761.971,44	-66,22	3,08
Adiantamento -Termo de Execução Descentralizada	1.715.473,01	51.020,00	3.262,35	20,54
Total	8.353.355,04	17.876.369,01	-53,27	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

➤ Nota 3 – Imobilizado

O ativo imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Seu reconhecimento inicial é feito pelos valores de aquisição, construção ou produção. Quando apurados ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (ao apresentarem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Ao final do 4º trimestre de 2024 a UFPI apresentou um Imobilizado de R \$1,472 bilhões, o que representou um acréscimo de 7,3% se comparado ao 4º trimestre de 2023. Em relação aos bens móveis esta variação foi de 2,45%, enquanto que os bens imóveis tiveram uma variação de 8,25% no mesmo período (TABELA 03).

Tabela 03: Imobilizado

	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Bens Móveis	230.628.427,62	225.121.911,32	2,45	15,66
(+) Valor Bruto Contábil	231.929.014,75	226.422.498,45	2,43	15,75
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum de Bens	(1.300.587,13)	(1.300.587,13)	0,00	-0,09
Bens Imóveis	1.242.015.203,76	1.147.342.292,97	8,25	84,34
(+) Valor Bruto Contábil	1.244.548.118,89	1.150.280.765,98	8,20	84,51
(-) Deprec/Amortização/Exaustão Acum de Bens	-2.532.915,13	(2.938.473,01)	-13,80	-0,17
Total	1.472.643.631,38	1.372.464.204,29	7,30	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

3.1 - Bens Móveis

Os Bens Móveis da UFPI totalizaram um valor líquido contábil de R\$230,628 milhões ao final do 4º trimestre de 2024. Este montante representou uma variação positiva de 2,45% em comparação ao mesmo período do exercício anterior. As contas que mais contribuíram para este aumento, de acordo com análise horizontal demonstrada na tabela 04 foram: “Móveis e Utensílios (5,57%)” e “Bens de Informática (1,95%)”, respectivamente.

Contudo, a conta de “Depreciação/Amortização Acumulada” não apresentou variação em comparação aos dois períodos. A falta de registro é decorrente de problemas no reconhecimento contábil da depreciação dos bens móveis, devido a divergências entre os valores registrados no Relatório de Movimentação de Bens Móveis (SIPAC) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

As discrepâncias identificadas no relatório do sistema patrimonial da UFPI impossibilitam a conciliação e o lançamento adequado das informações no SIAFI. Essas diferenças decorrem de:

- 1) Itens adquiridos desde a criação da UFPI, registrados com valores em outras moedas (como cruzeiro, cruzado e cruzeiro real), devido à migração entre sistemas de gestão patrimonial;
- 2) Itens já alienados, que permanecem pendentes de baixa no setor de patrimônio;
- 3) Itens baixados no sistema de patrimônio (SIPAC), mas sem a devida contrapartida no SIAFI.

Tais inconsistências resultam na ausência de registro da depreciação dos bens móveis, contrariando o disposto no MCASP, que estabelece que tais bens sejam depreciados ao longo de sua vida útil, conforme o regime de competência. Para sanar essas divergências e assegurar a conformidade com as normas contábeis aplicadas ao setor público, a UFPI instaurou o Processo nº 23111.032721/2023-63, que objetiva a contratação de serviços de inventário e reavaliação dos bens permanentes. A reavaliação e o inventário permitirão: atualizar os valores históricos e depreciação acumulada dos bens móveis e regularizar os registros no SIAFI, eliminando pendências e inconsistências.

Tabela 04: Bens Móveis

Bens Móveis – Composição	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	98.513.980,54	97.224.959,01	1,33	42,72
Bens de Informática	50.353.057,66	49.389.142,66	1,95	21,83
Móveis e Utensílios	57.002.432,42	53.992.991,15	5,57	24,72
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.106.234,24	12.894.212,07	1,64	5,68
Veículos	10.327.848,39	10.295.732,06	0,31	4,48
Bens Móveis em Andamento	600.000,00	600.000,00	0,00	0,26
Demais Bens Móveis	2.025.461,50	2.025.461,50	0,00	0,88
Depreciação / Amortização Acumulada	(1.300.587,13)	(1.300.587,13)	0,00	-0,56
Total	230.628.427,62	225.121.911,32	2,45	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

3.2 - Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da UFPI no 4º trimestre de 2024 totalizaram R\$1,242 bilhões líquidos de depreciação, distribuídos em Imóveis de Uso Especial registrados no SPIUnet, Imóveis em Andamento e Instalações, conforme detalhado na tabela 05.

A análise vertical deste período revelou que 96,33% dos bens imóveis reconhecidos

contabilmente no Balanço Patrimonial da UFPI foram representados por Bens Imóveis de Uso Especial enquanto que os Bens Imóveis em Andamento corresponderam a apenas 3,87% (Tabela 05).

A análise horizontal da tabela 05 evidenciou também que houve uma variação positiva de 8,25% na conta de Bens Imóveis no 4º trimestre de 2024 quando comparado ao último trimestre de 2023 o que foi impactado principalmente pelo registro das reavaliações dos bens de uso especial.

Tabela 05: Bens Imóveis – Composição

	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Bens de Uso Especial	1.196.433.804,33	1.096.084.985,84	9,16	96,33
Bens Imóveis em Andamento	48.114.314,56	53.729.459,78	-10,45	3,87
Instalações	0,00	466.320,36	0,00	0,00
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	(2.532.915,13)	(2.938.473,01)	-13,80	-0,20
Total	1.242.015.203,76	1.147.342.292,97	8,25	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

Os Bens Imóveis de Uso Especial referem-se às construções realizadas e mantidas para atender às necessidades específicas das atividades públicas. Na UFPI, essa conta contábil assegura o adequado funcionamento das operações acadêmicas e administrativas desenvolvidas e ao final do 4ª trimestre de 2024 apresentou uma variação positiva de 9,16% em relação ao mesmo período de 2023 (TABELA 06).

Tabela 06: Bens de Uso Especial - Composição

	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Terrenos, Glebas	3.690.775,42	2.496.505,02	47,84	0,31
Imóveis de Uso Educacional	1.187.088.096,24	1.090.834.987,49	8,82	99,22
Edifícios	4.083.877,35	1.182.438,01	245,38	0,34
Laboratórios / Observatórios	1.571.055,32	1.571.055,32	0,00	0,13
Total	1.196.433.804,33	1.096.084.985,84	9,16	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

A composição dos “Bens Imóveis de Uso Especial” concentrou-se em “Imóveis de Uso Educacional”, que representou 99,22% ao término do exercício de 2024 e registrou um acréscimo de 8,82% em relação ao ano de 2023, conforme tabela 06. Este incremento se deve ao registro das reavaliações dos *Campi* fora de sede: Professora Cinobelina Elvas (Bom Jesus-PI), Amílcar Ferreira Sobral/Colégio Técnico de Floriano (Floriano-PI) e Senador Helvídio Nunes de Barros (Picos-PI). O impacto dessas reavaliações foi significativo, totalizando R\$94,81 milhões no Ativo Imobilizado. Como contrapartida, os valores foram registrados na Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido, refletindo o montante da reavaliação.

A reavaliação de bens imóveis desempenha um papel crucial para a confiabilidade das demonstrações contábeis, pois ajusta os valores dos ativos imobilizados à realidade econômica e aumenta a transparência patrimonial. Tal prática está em conformidade com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o que contribui para uma maior qualidade e aderência aos princípios contábeis na gestão pública.

É importante destacar que as reavaliações nos *Campi* fora de sede mencionados representam uma pequena parte da quantidade total de imóveis classificados no grupo de bens de uso especial, conforme demonstra a tabela 07. De acordo com MCASP: "se um item do

ativo imobilizado for reavaliado, toda a classe de contas do ativo imobilizado à qual esse item pertence deve ser reavaliada". A reavaliação integral das classes de contas semelhantes é essencial para:

- Evitar reavaliações seletivas de ativos;
- Garantir que as demonstrações contábeis apresentem montantes uniformes, sem a combinação de valores registrados em diferentes datas.

A Gerência Contábil da UFPI tem reiterado ao setor competente sobre a necessidade urgente de concluir as reavaliações pendentes de imóveis, a fim de assegurar a conformidade com as normas contábeis públicas e a integridade das informações apresentadas no balanço patrimonial.

Tabela 07: Bens de Uso Especial - Imóveis

Qtd	RIP Imóvel	Descrição	Data da última avaliação	Dez/24
1	1077000135007	Campus Amilcar Ferreira Sobral e Colégio Técnico de Floriano	14/02/2024	49.491.636,69
2	1159000095003	Campus Senador Helvídio Nunes de Barros-Picos	14/02/2024	43.438.725,19
3	1037000035003	Campus Profª Cinobelina Elvas - Bom Jesus	26/10/2022	77.517.250,10
4	1037000025008	Colégio Agrícola de Bom Jesus	25/09/2018	3.690.775,42
5	1219000805008	Colégio Agrícola de Teresina-CAT (CCT)/ Centro de Ciências Agrárias-CCA da FUFPI	28/06/2019	460.820.071,25
6	1219000815003	Universidade Federal do Piauí - TERESINA	05/02/2019	506.581.360,00
7	1153000235000	Campus Ministro Reis Velloso - Parnaíba	09/04/2018	45.494.538,24
8	1211000055003	Núcleo de Antropologia (IPHAN) São Raimundo Nonato	07/12/2015	1.571.055,32
9	1219001055002	CEAD - Faculdade de Filosofia - Teresina	20/12/2004	4.083.877,35
10	1077000335006	Colégio Agrícola (Floriano)	20/12/2004	1.996.303,11
11	1219000265003	Arquivo Público - TERESINA	20/12/2004	712.927,63
12	1219000795002	Centro de Ensino da Saúde - Faculdade de Medicina	20/12/2004	1.035.284,03
TOTAL				1.196.433.804,33

O grupo Bens Imóveis em Andamento é composto por contas de obras em andamento da UFPI e obras em andamento referentes a convênios. No 4ª trimestre de 2024 os Bens Imóveis em Andamento totalizaram R\$ 48,114 milhões. Porém representaram uma baixa de -10,45% em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme evidencia a tabela 08.

Dos valores registrados em obras em andamento 91,23% (R\$43.893.351,47) corresponderam a valores antigos de construções realizadas nos imóveis "Hospital Universitário da UFPI". Devido ao prazo da última reavaliação registrada no SPIUnet, tornou-se necessário proceder com uma avaliação para viabilizar a posterior baixa desse saldo, conforme estabelece o art.08 da Portaria Conjunta STN/SPU nº 10, de 2023. A Gerência Contábil está atualmente aguardando a documentação necessária do setor responsável para efetuar a regularização dos valores registrados.

Os valores das obras em andamento nº 01, 02, 03, 04, 05, 09 e 11 da tabela 08, foram baixados em decorrência do processo de reavaliação patrimonial, em conformidade com o Art. 8º da Portaria Conjunta STN/SPU Nº 10, de 4 de julho de 2023. Essa norma obriga as unidades gestoras que não realizaram a sua primeira reavaliação, a procederem à reavaliação de seus bens imóveis, conforme disposto no art. 6º da então Portaria Conjunta nº 703, de 28 de dezembro de 2024.

Os valores atualizados dos imóveis vinculados às obras em andamento foram determinados com base em laudos de avaliação elaborados por profissionais habilitados, em conformidade com os critérios técnicos estabelecidos pela legislação. Esses valores foram devidamente registrados nas contas de bens de uso especial da União, atendendo ao item

8.1.1.4 da Macrofunção 020344 - Bens Imóveis, conforme tabela 05. O impacto dessa reavaliação pode ser observado no incremento do grupo Bens de Uso Especial, bem como na baixa dos valores de obras em andamento, registrados como DVP Diminutivas, no grupo de despesas de desvalorização e perdas ativos.

Tabela 08: Bens Imóveis em Andamento- Composição

	Inscrição Genérica CCor	Dez/24	Dez/23	AH (%)	AV (%)
1	Construção do Prédio de Pesquisa e Pós-Graduação do Campus Ministro Reis Veloso	0,00	765.168,20	-100,00	0,00
2	Construção do Prédio do CEAD Teresina	0,00	2.901.439,34	-100,00	0,00
3	Construção Prédios Conceito e Laboratório (Colégio Técnico De Floriano)	0,00	980.809,63	-100,00	0,00
4	Reforma do Auditório (Colégio Técnico De Floriano)	0,00	170.308,75	-100,00	0,00
5	Construção de Gabinetes de Professores (Colégio Técnico De Floriano)	0,00	1.165.198,66	-100,00	0,00
6	Adaptação do Prédio Do Biotério	149.232,73	128.268,13	16,34	0,31
7	Reforma do Centro de Convivência	2.010.910,34	2.010.910,34	0,00	4,18
8	Hospital Universitário da UFPI	43.893.351,47	43.893.351,47	0,00	91,23
9	Adaptações de Sala em Laboratório (Colégio Técnico De Floriano)	0,00	714.005,26	-100,00	0,00
10	Construção de Subestação de Entrada e Adequação de Rede de Tensão Da Ufpi - Campus Ministro Petrônio Portela	846.426,30	0,00	0,00	1,76
11	Reforma das salas do almoxarifado	214.393,72	0,00	0,00	0,45
12	Convênio - FADEX	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	2,08
	Total	48.114.314,56	53.729.459,78	-10,45	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

As obras em andamento de convênio, representadas pelo item 12 da tabela 08, se referem à parceria entre UFPI e Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação - FADEX com a finalidade de dar apoio a execução do projeto de desenvolvimento institucional para Ampliação das Instalações do Núcleo de Estudos e Pesquisas "Centro de Inteligência em Agravos Tropicais Emergentes e Negligenciados" - CIATEN utilizando o espaço alocado pelo Centro de Ciências da Saúde - CCS/UFPI. No momento, a obra encontra-se parada, conforme processo 23111.002831/2024-50.

A Obra em Andamento nº 06 refere-se à Reforma e Adaptação do Prédio do Biotério para o Programa de Pós-Graduação em Direito (TABELA 08). Atualmente, a execução desta construção encontra-se paralisada devido ao abandono por parte da Construtora, que originalmente estava encarregada da obra. Encontra-se em fase de análise o Processo Nº 23111.010253/2023-61, que determina a realização de uma nova licitação para dar continuidade a essa obra.

➤ Nota 4- Ativo Intangível

O Ativo Intangível, conforme o MCASP é um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial em serviços. Sua definição é, pois, um dos critérios essenciais para seu reconhecimento pela entidade bem como o atendimento aos seguintes critérios: for provável que benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços esperados e atribuíveis ao ativo sejam gerados em favor da entidade e que seu custo ou valor original possa ser passível de

mensuração.

Na UFPI, o ativo intangível está relacionado quase em sua totalidade a softwares adquiridos externamente, classificados em software com Vida Útil Definida e software com Vida Útil Indefinida. A classificação desses intangíveis leva-se em consideração fatores que venham a formar essa vida útil, como: duração, volume de produção ou fatores que se assemelham, e ainda quando, em conformidade com a análise de fatores relevantes, não há um limite previsível para o período no qual este ativo deverá gerar fluxos de caixa positivos, ou fornecer serviços para a entidade.

No 4º trimestre de 2024, a UFPI apresentou um saldo bruto contábil de R\$716 mil no Ativo Intangível, conforme composição demonstrada na tabela 09. Desse total, 81,70% é composto de software de vida útil definida que se encontra totalmente amortizado. Conforme as normas contábeis aplicáveis, é necessário avaliar esses ativos, considerando os seguintes aspectos:

- Capacidade de gerar benefícios econômicos futuros: Verificar se os softwares, mesmo após o término de sua vida útil, ainda estão em condições de uso e podem continuar a gerar benefícios para a UFPI.

- Possibilidade de alienação: Avaliar se há perspectivas de venda ou descarte desses ativos.

No entanto, até o momento, a Gerência Contábil não realizou os lançamentos contábeis para a baixa ou alienação desses bens, devido à falta de análise e pareceres técnicos por parte do setor responsável.

Tabela 09: Ativo Intangível

	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Software com Vida Útil Definida	3.197.230,00	3.197.230,00	0,00	81,70
Software com Vida Útil Indefinida	575.882,00	575.882,00	0,00	14,72
Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	140.156,00	140.156,00	0,00	3,58
Total	3.913.268,00	3.913.268,00	0,00	100,00
Amortização Acumulada	(3.197.230,04)	(3.197.230,04)	0,00	-81,70
Total	R\$ 716.037,96	R\$ 716.037,96	0,00	18,30

Fonte: SIAFI 2024, 2023

No Intangível, destaca-se ainda o item “Software com vida Útil indefinida” que representa 14,72% do total do grupo (TABELA 09). O Software com maior relevância nesse grupo foi adquirido em 2018 para o projeto de videomonitoramento da UFPI e seu valor é de R\$135.278,00. Devido à sua classificação como ativo de vida útil indefinida, esse software não está sujeito a amortização periódica. Contudo, as normas contábeis exigem revisões periódicas para avaliar se as condições do ativo ainda justificam essa classificação, verificando se ele continua a gerar benefícios futuros e se mantém características que sustentam sua vida útil indefinida. Entretanto, não foi possível realizar os lançamentos contábeis necessários para a revisão da vida útil desse ativo, devido à ausência de um laudo técnico, que deve ser elaborado pelo setor competente.

➤ Nota 5- Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Ao término do 4º trimestre de 2024, a UFPI apresentou um saldo de R\$835,610 milhões relacionado a “Fornecedores e Contas a Pagar”, sendo sua totalidade referente a obrigações nacionais de curto prazo que apresentaram uma variação negativa 92,31% quando comparado ao último trimestre de 2023 (TABELA 10). Esta variação expressiva se justifica

em razão de que ao final do exercício financeiro anterior houve um volume maior de apropriações de despesas cuja liberação do financeiro para pagamento ocorreu apenas no 1º trimestre de 2024.

Tabela 10 - Fornecedores e Contas a Pagar – Composição

Fornecedores e Contas a Pagar	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Curto Prazo	835.610,42	10.866.156,00	-92,31	100,00
Nacionais	835.610,42	10.866.156,00	-92,31	100,00
Estrangeiros	-	-	0,00	0,00
Total	835.610,42	10.866.156,00	- 92,31	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

Destaca-se ainda que a Unidade Gestora Matriz (154048) foi responsável por 92,31% das obrigações em “Fornecedores e Contas a Pagar”, uma vez que centralizou a execução orçamentária do Órgão, conforme demonstra a tabela 11.

Tabela 11 - Fornecedores e Contas a Pagar – Por UG Contratante

Unidade Gestora		Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
150237	Hospital Universitário da UFPI	0,00	7.219,42	-100,00	0,00
154048	Fundação Universidade Federal do Piauí	835.610,42	10.858.936,58	-92,30	100,00
Total		835.610,42	10.866.156,00	-92,31	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

A relação dos fornecedores com os seus respectivos saldos mais expressivos ao final do 4º trimestre de 2024 estão elencados na Tabela 12. O fornecedor A representa 38,89% do total a ser pago em 31/12/2024, e refere-se a recursos liquidados provenientes de Termo de Execução Descentralizada (TED), pendentes de recurso financeiro para a efetivação do pagamento.

Tabela 12 - Fornecedores e Contas a Pagar - Contratantes

CNPJ Fornecedor	Nome do Fornecedor	Valor	AH
A 07501328000130	Fundacao Cultural E De Fomento A Pesquisa, Ensino, Exte	R\$ 325.000,00	38,89
B 00474973000162	Escritório Central De Arrecadacao E Distribuicao Ecad	R\$ 227.694,46	27,25
C 09019150000111	Atd Locacao Ltda	R\$ 109.315,63	13,08
D 07783832000170	Criart Servicos De Terceirizacao De Mao De Obra Ltda	R\$ 53.798,95	6,44
E 07832586000108	Df Turismo E Eventos Ltda	R\$ 33.318,64	3,99
F 11436412000195	Central De Frios Piaui Ltda	R\$ 21.251,94	2,54
G Demais Fornecedores	Demais Fornecedores	R\$ 65.230,80	7,81
	Total	R\$ 835.610,42	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

➤ Nota 6 - Provisões

As provisões constituem-se por passivos de valores ou prazos incertos. Ao indicarem a possibilidade futura de saída de recursos devem ser registradas e constar em notas explicativas. Até o final do 4º trimestre de 2024 não haviam sido registradas obrigações relacionadas a provisões contingentes no Órgão 26279 – Universidade Federal do Piauí - UFPI.

➤ Nota 7 – Patrimônio Líquido

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 10ª edição, a situação patrimonial líquida é representada pela diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como patrimônio líquido. Essa situação patrimonial pode ser um montante positivo ou negativo.

A Tabela 13 evidencia que, no 4º trimestre de 2024, o patrimônio líquido teve um acréscimo de 16,49% em relação ao resultado apresentado no 4º trimestre de 2023. Esta variação positiva reflete, principalmente, as reavaliações de bens imóveis.

No final do último trimestre de 2024 a conta de reavaliação apresentou um saldo no valor de R\$114.469.218,27. Esse valor quando comparado ao último trimestre de 2023 apresentou uma expressiva variação de 808,27% que se deu em razão de solicitação da Gerência contábil, motivada por recomendação da CGU, para que a Prefeitura Universitária realizasse o levantamento dos imóveis que necessitassem de reavaliação e/ou atualização dos valores dos imóveis. Os lançamentos de reavaliação foram realizados conforme Laudo de reavaliação realizado pelo setor competente.

De acordo com as normas brasileiras de contabilidade do setor público, se o valor contábil de uma classe de ativos aumentar devido à reavaliação, esse aumento deve ser creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação. Portanto, a reavaliação foi registrada na conta "Reavaliações de Bens Imóveis", impactando diretamente o patrimônio líquido da entidade. A contrapartida está evidenciada na Tabela 06, com um acréscimo significativo de 8,82% nos Imóveis de Uso Educacional. Esta variação resulta da reavaliação dos Campus de Floriano, Bom Jesus-PI e Picos, conforme Laudo de Reavaliação.

Os bens imóveis reavaliados foram devidamente registrados no sistema SPIUnet e contabilizados no Imobilizado da entidade. A reavaliação destes imóveis proporcionou um aumento no valor contábil dos ativos, refletindo uma valorização real dos bens em questão.

No entanto, cabe ressaltar que, uma vez adotado o método da reavaliação, ela não pode ser realizada de forma seletiva, para evitar uma combinação de valores de bens em datas diferentes. Por isso, este órgão está ciente da necessidade de reavaliar os demais imóveis para garantir uma representação fiel e precisa do valor dos ativos no Balanço Patrimonial.

Em relação à conta de ajuste de exercícios anteriores, a tabela 13 indica que houve um relevante aumento de 149,12% em contraponto ao último trimestre de 2023. Essa conta serve para registrar correções de erros ou omissões significativas que afetaram demonstrações financeiras de períodos anteriores e que não foram detectados ou ajustados a tempo. Dentre os ajustes de maior expressividade, podemos citar: a reclassificação dos saldos da conta 237110300, reconhecimento de passivo referente ao exercício anterior, regularização de conta de adiantamento de férias do exercício anterior. Esses ajustes são feitos retroativamente, afetando diretamente a conta de ajuste de exercícios anteriores.

Tabela 13– Patrimônio Líquido

Patrimônio líquido	Dez/24	Dez/23	AH%	AV%
Reservas de Doações e Subvenções	0,00	7.798,14	-100,00	0,000%
Reavaliação de Bens Imóveis	114.469.218,27	12.602.947,62	808,27	8,168%
Resultados Acumulados	1.286.882.219,40	1.190.402.473,55	8,10	91,832%
Resultado do Exercício	114.469.218,27	-28.277.014,64	-504,81	8,168%
Resultado de Exercícios Anteriores	1.190.402.473,55	1.225.900.641,58	-2,90	84,947%
Ajuste de Exercícios Anteriores	-17.989.472,42	-7.221.153,39	149,12	-1,284%

Total	1.401.351.437,67	1.203.013.219,31	16,49	1,00
--------------	-------------------------	-------------------------	--------------	-------------

Fonte: SIAFI 2024, 2023

6.2 Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) considerando as variações mais relevantes do exercício de 2024 em relação ao saldo final do exercício anterior.

➤ Nota 8 - Resultado Patrimonial do Período

A apuração do resultado patrimonial implica na confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's). No 4º trimestre de 2024 a UFPI apresentou um resultado patrimonial com decréscimo de R\$ - 25,306 milhões. Quando comparado ao 4º trimestre de 2023 observou-se uma variação positiva de 10,51%, conforme a tabela 14, influenciada, principalmente, pelo aumento das variações patrimoniais aumentativas de “Transferências e Delegações Recebidas”.

Tabela 14 - Resultado Patrimonial do Período

Demonstração das Variações Patrimoniais	Dez/24	Dez/23	AH (%)	AV (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.056.223.668,00	998.396.148,33	5,79	-4173,78
Variações Patrimoniais diminutivas	1.081.529.861,48	1.026.673.162,97	5,34	-4273,78
Resultado Patrimonial Do Período	-25.306.193,48	-28.277.014,64	10,51	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

➤ Nota 09 - Variações Patrimoniais Aumentativas

As VPA's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá benefícios econômicos ou potencial de serviços para o Órgão e quando os mesmos puderem ser mensurados confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência.

A conta com maior expressividade nas VPA's foi “Transferências e Delegações Recebidas” que representou 96,11% do total no 4º trimestre de 2024, conforme demonstrado na Tabela 15. Em comparação ao mesmo período de 2023, houve uma variação positiva de 5,61%, equivalente a um aumento de R\$53 milhões. Esses valores compreendem as transferências financeiras recebidas do MEC para o pagamento dos valores decorrentes da execução orçamentária do órgão. Também compõe a movimentação no período, o recebimento de recursos de órgãos pertencentes a estrutura de outros ministérios, para pagamento de compromissos relacionados a TEDs. O reconhecimento dessas VPAs provocou reflexo no balanço patrimonial, sobretudo na conta Limite de Saque que faz parte do grupo do Ativo Circulante.

Tabela 15 - Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

Demonstração das Variações Patrimoniais	Dez/24	Dez/23	AH (%)	AV (%)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e	5.162.785,41	5.169.350,09	-0,13	0,49

Direitos				
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.760,29	10.390,18	32,44	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	1.015.148.004,90	961.234.781,94	5,61	96,11
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	34.176.250,65	29.205.386,17	17,02	3,24
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.722.866,58	2.776.240,00	-37,94	0,16
Variações Patrimoniais Aumentativas	1.056.223.667,83	998.396.148,38	5,79	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

No subgrupo “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” destaca-se a variação na conta “Ganhos com Desincorporação de Passivos”, que teve um acréscimo de 17,02% em relação ao 4º trimestre de 2023, o qual é referente a baixa de obrigações em decorrência da comprovação da prestação de contas de recursos recebidos via TED durante o exercício de 2024.

➤ Nota 10 - Variações Patrimoniais Diminutivas

As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou potencial de serviços para o Órgão, implicando na saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A tabela 16 apresenta a composição das variações patrimoniais diminutivas.

Tabela 16 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

Demonstração das Variações Patrimoniais	Dez/24	Dez/23	AH (%)	AV(%)
Pessoal e Encargos	582.342.430,99	533.912.638,19	9,07	53,84
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	240.373.282,19	232.531.680,17	3,37	22,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	147.150.314,27	140.225.474,57	4,94	13,61
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	8.769,76	11.141,68	-21,29	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	18.619.695,89	21.290.620,38	-12,55	1,72
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	60.709.300,46	65.704.706,60	-7,60	5,61
Tributárias	2.884.512,28	3.027.521,72	-4,72	0,27
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	29.441.555,64	29.969.379,66	-1,76	2,72
Variações Patrimoniais Diminutivas	1.081.529.861,48	1.026.673.162,97	5,34	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

Nas VPD's, o grupo de “Pessoal e Encargos” representou, no 4º trimestre de 2024, o equivalente a 53,84%, totalizando R\$582,342 milhões, conforme tabela 16. Estes valores abrangem as despesas de pessoal ativo civil relativas aos vencimentos e demais benefícios estabelecidos em lei, dos técnicos administrativos em educação e docentes vinculados à Universidade, decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança.

As VPD's do grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais representam 22,23% do total de variações diminutivas registradas durante o exercício de 2024. Nesse grupo, os valores mais relevantes são referentes a aposentadorias e reformas, onde são registradas as despesas com a folha de pagamento de pessoal inativo. Os valores desse grupo apresentaram um acréscimo de 3,37% quando se comparado o saldo acumulado no final do ano de 2024 com o mesmo período de 2023.

A “Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos”, abrange o registro da incorporação de novos passivos, foi observada uma variação negativa de 7,60% no 4º trimestre de 2024 em relação ao mesmo período do exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela 16. Essa conta reflete, principalmente, os passivos reconhecidos no

momento do recebimento de recursos financeiros por meio dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs). Os valores recebidos por TEDs são registrados como uma obrigação patrimonial, pois configuram compromissos financeiros sujeitos à futura prestação de contas ao órgão descentralizador, conforme estabelecido pelo Decreto nº 10.426/2020.

A Tabela 17 apresenta os valores mais expressivos de TEDs recebidos durante o exercício de 2024, totalizando cerca de R\$ 49 milhões, que representam uma parcela significativa das transferências recebidas pelo órgão. Esses valores também refletem o esforço institucional para captar recursos destinados à execução de ações estratégicas e finalísticas da entidade, fortalecendo o papel da instituição na consecução de suas metas e objetivos públicos.

Tabela 17 – Relação dos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) 2024

TED	Objeto	Valor Recebido	Vigência
1AAQSZ	Pagamento de bolsa residência em saúde 2024	16.095.125,44	29/01/2024 A 31/01/2025
932578	Apoio as ações de fortalecimento da gestão interfederativa e participativa a partir do desenvolvimento de estratégias de qualificação do planejamento do sistema único de saúde (SUS).	8.122.603,19	27/07/2022 A 01/03/2025
1AAFRI	Formação continuada de professores e diretores escolares	5.160.000,00	07/10/2021 A 31/03/2026
1AAGHD	Formação inicial e continuada de diretores e professores - PRIL	5.160.000,00	30/11/2021 A 31/10/2025
1AALFS	Oferta de cursos EJA/FIC integrado ao ensino técnico e formação continuada	2.700.100,00	26/12/2022 A 31/12/2025
1AANZP	PARFOR etapa 2022	1.802.600,00	04/09/2023 A 31/12/2027
1AAQBX	Centro colaborador em alimentação e nutrição escolar - CECANE / UFPI 2023 - 2025	1.545.407,27	19/12/2023 A 31/12/2025
1AAMQE	Concessão do programa de apoio a pós-graduação - PROAP 2024	1.138.637,29	01/06/2023 A 30/06/2025
1AAPLZ	Oferta de vagas do programa mulheres mil 2023	1.055.520,00	28/11/2023 A 30/11/2025
930446	Promover a categoria de base de badminton para seleção brasileira júnior e desenvolvimento de pesquisa aplicada ao esporte de alto rendimento.	1.049.995,50	Até 28/02/2025
1AATPA	Curso de aperfeiçoamento em mentoria de diretores escolares / PRODITEC	908.823,52	02/09/2024 A 31/12/2025
939264	Telemedicina aplicada no ensino, pesquisa e extensão pelo núcleo de telessaúde do hospital universitário da univ. Federal do Piauí (NUTS-HU/UFPI)	859.851,25	29/12/2022 A 31/12/2024
1AANIH	Financiamento dos cursos no âmbito do sistema UAB (edital 09/2022)	836.530,00	21/07/2023 A 20/07/2028
1AANUG	Licenciatura em educação do campo	684.000,00	21/08/2023 A 31/12/2024
1AASXZ	Professor AEE DA EB. Para o ensino de estudantes com Tea	482.620,00	05/07/2024 A 31/12/2024
1AAPHY	PARFOR etapa 2023	455.100,00	22/11/2023 A 30/06/2028
1AAQZI	Programa de desenvolvimento da preceptorial em saúde 2024	297.600,00	29/01/2024 A 31/01/2025
1AAQLY	Aquisição de equipamentos	249.518,10	30/12/2023 A 31/12/2024
946383	Olimpíadas nacional de ciências - ONC 2024 MCTI	200.000,00	27/09/2023 A 26/12/2024
954380	Implementação e desenvolvimento do paradesporto na universidade federal do Piauí	198.400,60	26/12/2023 A 26/06/2025
1AAOCM	Escola da terra - especialização	72.000,00	11/09/2023 A 30/05/2025
1AASXG	Curso de formação: transversalidade cultural na educação básica do Piauí	60.731,00	03/07/2024 A 30/06/2025
1AARHN	Apoio ao i encontro internacional em ciências indígenas e just. Climática - aldeias e universidade	50.000,00	01/04/2024 A 31/12/2024
1AALSL	Programa de desenvolvimento da preceptorial em saúde 2023	27.900,00	13/02/2023 A 31/03/2024
Total		49.213.063,16	

Fonte: SIAFI 2024

6.3 Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário (BO) demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, e apresenta os quadros de execução dos restos a pagar. A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Orçamentário (BO) considerando as variações mais relevantes do exercício de 2024 em relação ao saldo final do exercício anterior.

➤ Nota 11 – Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário é calculado com base na diferença entre as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias. Esse resultado permite verificar se os recursos disponíveis foram suficientes para cobrir as despesas previstas.

As colunas Previsão Inicial, Previsão Atualizada, Dotação Inicial e Dotação Atualizada, correspondem aos valores que foram previstos ou fixados nas leis orçamentárias. Já as Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas, Despesas Liquidadas e Despesas Pagas, correspondem à execução orçamentária.

De acordo com a tabela 18, as receitas arrecadadas atingiram o montante de R\$5,572 milhões no 4º trimestre de 2024, enquanto as despesas empenhadas totalizaram R\$1,010 bilhão, o que gerou um resultado orçamentário deficitário de R\$1,005 bilhão. Essa disparidade pode ser justificada em razão de que tanto a Previsão Atualizada como as Receitas Arrecadadas contêm os valores correspondentes apenas às receitas próprias arrecadadas pela UFPI, não se computando os créditos orçamentários recebidos relacionados à execução do orçamento. Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e verificar as movimentações financeiras (transferências financeiras recebidas e concedidas) que estão relacionadas à execução do orçamento no exercício.

Tabela 18 - Balanço Orçamentário

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Saldo		
Receitas						
Orçamentárias	6.008.212,00	6.008.212,00	5.572.236,62	-435.975,38		
Déficit			1.005.058.658,00	1.005.058.658,00		
Total	6.008.212,00	6.008.212,00	1.010.630.894,62	1.004.622.682,62		
DESPESAS	Previsão Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da dotação
Despesas orçamentárias	925.120.446,0	967.589.434,00	1.010.630.895,00	971.532.197,90	883.681.810,00	-43.041.460,60

Fonte: SIAFI 2024

➤ Nota 12 – Receitas Orçamentárias

Segundo o artigo 11 da Lei nº 4.320/64, as receitas orçamentárias são classificadas nas seguintes categorias econômicas: receitas correntes e receitas de capital. Em obediência ao art. 35 da Lei nº 4.320/64, as receitas são registradas de acordo com o regime de caixa, ou seja, elas são reconhecidas no momento da sua arrecadação.

A análise da tabela 19 evidencia que foram realizadas 92,74% das receitas correntes previstas para o ano de 2024. Cabe ressaltar que 100% das receitas arrecadadas correspondem às receitas correntes, não havendo registro de arrecadação de receita de capital.

Tabela 19- Receitas Arrecadadas por Categorias Econômica

Categorias Orçamentárias	Previsão/Fixação Inicial	Previsão/Fixação Atualizada	Receitas Realizadas	Real Exec(%)
Receitas Correntes	6.008.212,00	6.008.212,00	5.572.236,62	92,74
Receitas de Capital				
Total	6.008.212,00	6.008.212,00	5.572.236,62	92,74

Fonte: SIAFI 2024, 2023

As receitas com maior expressividade no Balanço Orçamentário encontram-se elencadas na tabela 20. Até o final do 4º trimestre de 2024, houve a predominância na arrecadação das seguintes receitas, respectivamente: Serviços Administrativos e Comerciais com 75,25%, Inscrição em concursos e processos seletivos com 11,3% e Aluguéis com 4,91%.

Tabela 20 - Previsão Atualizada da Receita X Receita Realizada

Receitas	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas	Real (%)	AV%
1 Aluguéis e Arrendamentos Principal	315.946,00	273.486,01	-13,44	4,91
2 Serviços Administrativo e Comerciais Principal	3.700.541,00	4.193.251,20	13,31	75,25
3 Inscr. em Concursos e Proc Seletivos Principal	1.688.186,00	629.736,36	-62,70	11,30
4 Outras Receitas	23.059,00	59.415,37	157,67	1,07
5 Multas Administrativa, Contratuais e Judiciais	267.372,00	183.575,09	-31,34	3,29
6 Outras Restituições, Ressarcimentos e Indenizações-principal	13.108,00	232.772,59	1675,81	4,18
Total	6.008.212,00	5.572.236,62	-7,26	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

A Receita de Serviço administrativo foi a principal fonte de arrecadação, superando a previsão atualizada (R\$3.700.541,00) em 13,31%. Enquanto o Inscrição em concursos e processos seletivos teve um desempenho realizado de -62,70% em relação ao previsto.

A categoria Outras Restituições, Ressarcimentos e Indenizações Principal, destacou-se por apresentar um desempenho positivo, pois foi arrecadado em 2024 o montante R\$232.772,59, o que representou 1.675,81% da previsão atualizada de R\$13.108,00. Essa variação significativa é atribuída a eventos atípicos, como devoluções de saldos de contratos e projetos (TABELA 20).

➤ Nota 13 – Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias classificam-se por categoria econômica em: despesas correntes e de capital. A tabela 21 demonstra a execução da despesa na UFPI por grupo de despesa e no encerramento do 4º trimestre de 2024 pode-se destacar as seguintes situações da execução orçamentária:

- O valor empenhado de despesas correntes totalizou R\$1.006,97 bilhão, representando 104,46% da dotação recebida atualizada em 2024. O valor empenhado é maior do que a dotação devido aos Termos de Execução Descentralizados (TEDs) e Emendas Parlamentares repassados à Universidade para execução de despesas públicas conforme consta nos Planos de Trabalhos.

- O grupo de Despesa de pessoal e encargos sociais evidenciou que a execução das despesas com pessoal ativo e inativo e seus encargos sociais foi de 99% da dotação atualizada. Vale ressaltar que esse percentual é alterado ao considerarmos os auxílios e benefícios da folha de pagamento classificados no grupo outras despesas correntes.

- Em Outras Despesas Correntes o percentual de execução foi de 129,25% e se deve em razão do recebimento de descentralizações externas de orçamentos de outros órgãos para serem executados na UFPI, além de orçamentos provenientes de emendas parlamentares.

Tabela 21 - Despesas por Categoria Econômica

Despesas Orçamentárias	Dez/24				Dez/23				AH (dot)	AH Empenho
	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução	% AV	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução	%AV		
Despesas Correntes	963.983.716,00	1.006.970.441,50	104,46	99,64	899.807.511,00	947.724.563,40	105,33	99,21	7,13	6,25
Pessoal e Encargos Sociais	790.012.324,00	782.107.566,90	99,00	77,39	742.482.450,00	739.897.344,40	99,65	77,45	6,40	5,70
Outras Despesas Correntes	173.971.392,00	224.862.874,60	129,25	22,25	157.325.061,00	207.827.219,00	132,10	21,76	10,58	8,20
Despesas de Capital	3.605.718,00	3.660.453,17	101,52	0,36	8.575.527,00	7.571.885,91	88,30	0,79	-57,95	-51,66
Investimentos	3.605.718,00	3.660.453,17	101,52	0,36	8.575.527,00	7.571.885,91	88,30	0,79	-57,95	-51,66
Total	967.589.434,00	1.010.630.894,67	205,98	100,00	908.383.038,00	955.296.449,31	105,16	100,00	6,52	5,79

Fonte: SIAFI 2024, 2023

A categoria econômica Despesas Correntes no 4º trimestre de 2024 correspondeu a quase totalidade do grupo de despesa (99,64%) e apresentou uma execução de 104,46% (Tabela 21). No mesmo período do exercício anterior este percentual foi de 105,33%.

➤ Nota 14 - Restos a Pagar

Os restos a pagar dividem-se em: processados e não processados. Conforme art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar Não Processados (RPNP) referem-se às despesas que embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas até 31 dezembro em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços, como também da aferição ou entrega de obras no exercício.

Para elaboração desta nota explicativa, considerou-se a execução dos RPNP apresentada no quadro anexo do Balanço Orçamentário, que abrange a execução nos órgãos e unidades vinculadas a esta IES com o orçamento consignado na LOA, computando-se também os créditos orçamentários recebidos de outros órgãos para execução de programas governamentais.

A inscrição dos empenhos nesta rubrica é feita pela STN em 31 de dezembro de cada exercício financeiro com base na execução orçamentária do exercício corrente (despesas empenhadas e não liquidadas), acrescido dos RPNP transpostos inscritos em exercícios anteriores (reinscrição). Esses valores inscritos e reinscritos vão se reduzindo na medida em que as liquidações são realizadas.

Destaca-se que a manutenção de saldos na conta de restos a pagar não processados tem que estar de acordo com o que é previsto no Decreto nº 93.872 de dezembro de 1986 e atualizações. Segundo o Decreto nº 7.654 de 2011 a inscrição das despesas em restos a pagar não processados fica condicionada à indicação pelo ordenador de despesa.

O Decreto nº 9.428 de 28 de junho de 2018, dispõe no § 2º que os restos a pagar inscritos na condição de restos a pagar não processados e que não forem liquidados, serão bloqueados pela STN em 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição e serão

mantidos os respectivos saldos em conta contábil específica no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

O cancelamento das despesas inscritas em restos a pagar não processados que não forem desbloqueadas até 31 de dezembro do exercício que ocorreu o bloqueio, serão canceladas em 31 de dezembro do ano subsequente ao do bloqueio. A tabela 22 apresenta os valores de restos a pagar inscritos e reinscritos nos exercícios de 2023 e 2024.

Tabela 22 – Restos a Pagar não Processados - inscritos e reinscritos

RPNP Inscritos e Reinscritos	2024	2023	(%) Evolução	AV (%)
RPNP Inscritos	44.091.933,12	43.955.934,75	0,31	90,76
RPNP Reinscritos	4.487.940,53	8.579.770,44	-47,69	9,24
Total	48.579.873,65	52.535.705,19	-7,53	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

Na análise da tabela 22, é possível verificar que o valor total dos restos a pagar, no âmbito da UFPI, inscritos e reinscritos em exercícios anteriores, teve uma redução de 7,53% em 2024 quando comparado ao exercício anterior, sendo que a maior participação nesse valor é na inscrição de restos a pagar não processados inscritos no exercício 2024, 90,76%. A inscrição dos restos a pagar não processados teve um acréscimo 0,31% em relação ao exercício anterior. No que se refere aos RPNP reinscritos observa-se um decréscimo de 47,69% nas reinscrições.

A tabela 23 fornece uma análise mais detalhada sobre a execução dos restos a pagar não processados dos grupos “outras despesas correntes” e “investimentos”.

Tabela 23 – Execução dos RPNP inscritos e reinscritos por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Dez/24						
	RPNP empenhos reinscritos	RPNP empenhos inscritos	RPNP Cancelados	RPNP liquidados	RPNP - pagos	Execução (%)	AV Execução (%)
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	141.965,06	141.965,06	0,00	0,00	100,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.880.292,71	38.896.096,25	1.244.894,75	37.734.280,97	37.701.731,81	91,12	88,09
Investimentos	607.647,82	5.053.871,81	281.225,53	5.102.782,51	5.101.556,07	95,10	11,91
Total	4.487.940,53	44.091.933,12	1.668.085,34	42.837.063,48	42.803.287,88	91,61	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

É possível verificar, na tabela 23, que os valores inscritos no grupo “outras despesas correntes” são superiores aos do grupo de “investimentos”. Todavia, a predominância desse grupo não se dá apenas nas inscrições, como também nas outras fases da execução dos restos a pagar, o que pode se justificar em razão do orçamento da instituição está concentrado, majoritariamente, nesse grupo de despesa.

A tabela 23 demonstra que ao final do 4º trimestre de 2024 cerca de 91,61% dos RPNP inscritos e reinscritos haviam sido executados, sendo que a análise vertical indica que o grupo "Outras Despesas Correntes", foi o grupo de despesa com maior montante de execução (88,09%).

Em 2024 houve o cancelamento de restos a pagar não processados no valor de R\$ 1.668.085,34. Esse valor se deve, em parte, ao cancelamento de restos a pagar não processados que foram bloqueados em obediência ao Decreto nº 9.428 de 28 de junho de 2018.

6.4 Notas Explicativas do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens do Balanço Financeiro (BF) considerando as variações mais relevantes do exercício de 2024 em relação ao saldo final do exercício anterior.

➤ Nota 15 - Ingressos

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A tabela 24 apresenta o somatório dos ingressos ocorridos no 4º trimestre de 2024. Verifica-se que as receitas orçamentárias totalizaram R\$5,572 milhões. Contudo, é importante observar que esse montante representa apenas 0,46% do total dos ingressos do Balanço Financeiro. A maior parcela destes ingressos é proveniente de Transferências Financeiras Recebidas, alcançando expressivos 82,97%.

Tabela 24 – Total Ingressos

Ingressos	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Receitas Orçamentárias	5.572.236,62	5.547.875,12	0,44	0,46
Transferências Financeiras Recebidas	1.015.074.119,27	960.910.143,70	5,64	82,97
Recebimentos Extraorçamentários	128.849.304,59	126.239.561,75	2,07	10,53
Saldo do Exercício Anterior	73.906.140,40	55.755.360,24	32,55	6,04
Total	1.223.401.800,88	1.148.452.940,81	6,53	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

Na análise dos ingressos do Balanço Financeiro referente ao 4º trimestre de 2024 em comparação com o mesmo período de 2023, observa-se um aumento de 0,44% nas receitas orçamentárias. Destacam-se as naturezas de receita de Serviços Administrativos e Comerciais Principal (75,25%); Inscr. em Concursos e Proc. Seletivos Principal (11,30%) e Aluguéis e arrendamentos (4,91%) conforme apresentado na Tabela 25.

Tabela 25 – Receitas Arrecadadas por Natureza

Natureza da Receita	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV
Aluguéis e Arrendamentos Principal	273.486,01	328.687,17	-16,79	4,91
Serviços Administrativo e Comerciais Principal	4.193.251,20	3.714.709,01	12,88	75,25
Inscri Concursos e Proc. Seletivos Principal	629.736,36	1.113.489,88	-43,44	11,30
Outras Receitas	59.415,37	9.100,00	552,92	1,07
Multas Administrativa, Contratuais e Judiciais	183.575,09	99.141,00	85,17	3,29
Outras Restituições, Ressarcimentos e	232.772,59	282.748,06	-17,67	4,18

Indenizações-principal				
Total	5.572.236,62	5.547.875,12	0,44	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

➤ Nota 16 – Recebimentos Extraorçamentários

Nos Recebimentos Extraorçamentários são evidenciados a Inscrição de Restos a Pagar processados e não processados do exercício, os depósitos restituíveis e valores vinculados a outros recebimentos Extraorçamentários. As inscrições em Restos a Pagar Processados (68,18%) e não processados (30,34%) representaram a maior parcela dos recebimentos extraorçamentários no 4º trimestre de 2024 totalizando 98,52%, conforme análise da tabela 26.

Tabela 26 – Recebimentos Extraorçamentários

	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Recebimentos Extraorçamentários	128.849.304,59	126.239.561,75	2,07	100,00
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	87.850.387,86	79.482.171,90	10,53	68,18
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	39.098.696,72	44.091.933,12	-11,32	30,34
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	584.624,65	225.768,63	158,95	0,45
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.315.595,36	2.439.688,10	-46,08	1,02

Fonte: SIAFI 2024, 2023

➤ Nota 17 - Dispêndios

Do total dos dispêndios registrados no Balanço Financeiro, o item de maior representatividade está relacionado às Despesas Orçamentárias, que representam 82,61% conforme a tabela 27. Quando da análise horizontal este dispêndio teve um acréscimo de 5,79% no 4º trimestre de 2024 em relação ao 4º trimestre de 2023, o que evidenciou uma maior execução do orçamento.

Tabela 27 – Total dos Dispêndios

Dispêndios	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Despesas Orçamentárias	1.010.630.894,60	955.296.449,28	5,79	82,61
Transferências Financeiras Concedidas	18.532.946,63	21.039.627,26	-11,91	1,51
Pagamentos Extraorçamentários	123.757.237,72	98.210.723,87	26,01	10,12
Saldo para o Exercício Seguinte	70.480.721,93	73.906.140,40	-4,63	5,76
Total	1.223.401.800,88	1.148.452.940,81	6,53	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

As despesas orçamentárias são segregadas quanto à destinação em: ordinárias e vinculadas. As Despesas Ordinárias compreendem as despesas de livre alocação entre a sua origem e a aplicação de recursos destinados a atender a quaisquer finalidades. Já as Despesas Vinculadas têm destinação definida em lei com os recursos atrelados a determinados

programas, atividades, órgãos ou fundos.

A composição das despesas orçamentárias apresentadas no 4º trimestre de 2024 evidenciou que 73,76% foram equivalentes a despesas ordinárias. Em contrapartida, as despesas vinculadas representaram apenas 26,24% (TABELA 28).

Tabela 28 – Composição das Despesas Orçamentárias

Despesas orçamentárias	Dez/24	Dez/23	AH(%)	AV(%)
Ordinárias	745.452.859,68	685.611.622,09	8,73	73,76
Vinculadas	265.178.034,92	269.684.827,19	-1,67	26,24
Educação	24.427.493,07	763.786,82	3.098,21	2,42
Seguridade Social (Exceto Previdência)	4.384.729,22	210.688.503,84	-97,92	0,43
Previdência Social (RPPS)	231.116.060,20	0,00		22,87
Dívida Pública	0,00	50.375.356,59	-100,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.249.752,43	7.857.179,94	-33,19	0,52
Total	1.010.630.894,60	955.296.449,28	5,79	100,00

Fonte: SIAFI 2024, 2023

6.5 Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A seguir, serão apresentadas considerações acerca dos itens da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) considerando as variações mais relevantes do exercício de 2024 em relação ao saldo final do exercício anterior.

➤ Nota 18 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Por meio da Demonstração dos Fluxos de Caixa- DFC é possível identificar as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa e ainda o saldo de caixa na data da elaboração, classificando-se os fluxos em Operacionais, de Investimentos e de Financiamentos.

O fluxo das atividades operacionais representa as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão, geradas com o intuito de atingir o objeto social da entidade, podendo ser considerado a principal atividade geradora de caixa.

O total de ingressos com as atividades operacionais no 4º trimestre de 2024 foi de R\$1.022,546 bilhões. No mesmo período em 2023 esses ingressos tiveram saldo de R\$969,123 milhões, representando um incremento de 5,51% (TABELA 29).

Tabela 29- Atividades Operacionais - Composição dos Ingressos e Desembolsos

	Dez/24	Dez/23	AH (%)	AV (%)
INGRESSOS	1.022.546.575,90	969.123.422,61	5,51	100,00
Receita Patrimonial	273.486,00	328.687,16	-16,79	0,03
Receita de Serviços	4.882.402,93	4.837.298,89	0,93	0,48
Remuneração das Disponibilidades	0,01	0,01	0,00	0,00

Outras Receitas Derivadas e Originárias	416.347,68	381.889,06	9,02	0,04
Outros Ingressos Operacionais	1.016.974.339,28	963.575.547,49	5,54	99,46
DESEMBOLSOS	-1.019.136.852,64	-941.253.817,15	8,27	100,00
Pessoal e Demais Despesas	-899.484.100,48	-825.100.976,09	9,02	88,26
Transferências Concedidas	-100.537.013,96	-94.879.369,67	5,96	9,86
Outros Desembolsos Operacionais	-19.115.738,20	-21.273.471,39	-10,14	1,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.409.723,26	27.869.605,46	-87,77	-0,33

Fonte: SIAFI 2024, 2023

➤ Nota 19 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

A UFPI não utiliza essas atividades para o desenvolvimento de suas ações. Neste sentido, contempla como fontes de receitas apenas a arrecadação de Receitas Próprias e as Transferências Financeiras Recebidas do MEC e/ou de outros órgãos decorrentes de Termos de Execução Descentralizada – TED.